

**Revogação publicada no BG nº 054, de 20 de março de 2018
Portaria 3, de 19 de março de 2018**

~~MANUAL DE PROCEDIMENTO EM SINDICÂNCIA~~

~~DO~~

~~CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL~~

COORDENAÇÃO-GERAL:

~~Cel QOBM/Comb. Oscar Soares da Silva, Comandante-Geral~~

~~Ten Cel QOBM/Comb. Júlio César Barbosa~~

~~Maj QOBM/Comb. Aluizio César C. de Oliveira~~

ELABORAÇÃO:

~~1º Ten QOBM/Compl. Francisco Ronaldo Basílio da Costa~~

~~Soldado BM Adriano Arantes Martins~~

REVISÃO:

~~Maj QOBM/Compl. Fidelis Muniz Neto~~

~~2º Ten QOBM/Adm. Eurípedes Xavier Gomes~~

REVISÃO GRAMATICAL:

~~Soldado BM Solange de Carvalho Lustosa~~

DIGITAÇÃO:

~~Soldado BM Vamberto Pereira Souto~~

EDITORACÃO E LAY-OUT:

~~Cabo BM Jefferson Douglas Modesto~~

~~1ª Edição – 500 Exemplares~~

~~Junho – 2001~~

~~APRESENTAÇÃO~~

~~O presente doutrinamento, Manual de Procedimento em Sindicância, tem por objetivo coadunar os atos administrativos aos novos princípios constitucionais, que obrigam o Administrador Militar a agir ancorado não somente no dever fazer, mas, também, em como fazer.~~

~~A Constituição reestabeleceu e consolidou o verdadeiro "Estado Democrático de Direito", submetendo-o às suas próprias leis, valorizando os fundamentos da cidadania e da dignidade da pessoa humana.~~

~~O CBMDF tem aperfeiçoado e adequado seus atos administrativos à nova ordem jurídico constitucional, por meio de procedimentos instrucionais, assimilando as críticas reputadas procedentes.~~

~~O direito sancionatório disciplinar, na circunscrição administrativa do CBMDF, vem sendo exercido regularmente por meio de processo assecuratório do contraditório e da ampla defesa, desde meados de março de 1998, quando o Comandante Geral sancionou a Portaria de 11 de março de 1998, publicada no Boletim Geral nº 047/98, que dispunha sobre a competência para instauração, instrução e solução de sindicâncias, e objetivava a apuração das faltas disciplinares dos bombeiros militares do Distrito Federal.~~

~~As regras consignadas neste diploma, inicialmente elaborado, têm sido otimizadas constantemente, com o escopo de implementar mecanismos mais eficientes e eficazes para assegurar, aos acusados, o pleno exercício do direito de defesa e do contraditório, pelo que hoje, esses esforços, assumindo disposição de vanguarda no direito processual disciplinar administrativo, culminaram na elaboração destas profícuas regras sobre instauração, instrução e solução de sindicâncias.~~

~~Configura-se como sendo a concretização dos anseios e expectativas, há tempos manifestados no âmbito desta Corporação, contribuindo de modo estigmatizante para o exercício destas relevantes garantias da cidadania, o direito de defesa e do contraditório, cujas normas encontram-se dispostas em todo o texto da presente Portaria e seu Anexo I.~~

~~A competência da autoridade militar de investigar e aplicar a devida sanção disciplinar, quando for o caso, deve ser exercida, no âmbito da Administração, de forma vinculada ao fato noticiado ou ao ato cometido, constituindo-se o processo (Sindicância) instrumento regular de produção e do tratamento das provas, imprimindo efetividade aos princípios do processo legal: o CONTRADITÓRIO e a AMPLA DEFESA.~~

~~Esta norma inovadora submete, inafastavelmente, todas as autoridades do CBMDF aos seus preceitos, compelindo-as ao cumprimento e execução de suas regras para a eskorreita culminação de pena disciplinar.~~

~~Acreditamos que este diploma normativo outorgará todo o amparo jurídico necessário ao processamento e aplicação da sanção disciplinar, propiciando aos acusados todas as condições de exercício de seus direitos constitucionais.~~

Oscar Soares da Silva – Coronel QOBM/Comb.

Comandante-Geral

~~PORTARIA Nº 020 – CBMDF, DE 18 DE JUNHO DE 2001~~

PORTARIA Nº 020 - CBMDF, DE 13 DE JUNHO DE 2001

~~Dispõe sobre as normas internas para regular a instauração, tramitação e julgamento de sindicâncias e seus modelos relativos às transgressões disciplinares envolvendo bombeiros militares e dá outras providências.~~

~~O COMANDANTE-GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, notadamente as previstas no artigo 9º, da Lei nº 8.255, de 20 Nov 91, artigo 47, incisos II, V, XII e XVIII, do Decreto nº 16.036, de 04 Nov 94, e;~~

~~Considerando que o Comandante Geral tem por atribuição a preservação das garantias constitucionais de respeito à dignidade da pessoa humana, à cidadania e o cumprimento da legalidade;~~

~~Considerando que as garantias constitucionais da ampla defesa e do contraditório revogaram o termo de declaração e a verdade sabida;~~

~~Considerando que a sindicância é o meio legal de apuração dos fatos e forma de assegurar o exercício da defesa pelo sindicato;~~

~~Considerando que qualquer sanção disciplinar, para ser imposta ao bombeiro militar, deverá ser convenientemente apurada pela autoridade que a este estiver imediatamente subordinado;~~

~~Considerando que o Regulamento Disciplinar Vigente estabelece a competência a vários escalões para aplicação de sanção disciplinar, mas não positivou o procedimento para a apuração de infrações disciplinares;~~

RESOLVE:

~~BAIXAR as seguintes normas internas para regular a instauração, tramitação e julgamento de sindicâncias relativas às transgressões disciplinares envolvendo bombeiros militares.~~

~~CAPÍTULO I~~

~~DAS DISPOSIÇÕES GERAIS~~

~~Art. 1º Instaurar-se-á sindicância de acordo com as prescrições desta Portaria, objetivando a apuração da responsabilidade disciplinar de bombeiro militar por infração praticada no exercício das atribuições do cargo em que se encontre investido, ou com elas relacionadas.~~

~~Art. 2º Serão carreadas para os autos todas as provas admitidas em direito e necessárias ao cabal esclarecimento dos fatos, assegurando-se ao sindicado as prerrogativas constitucionais do contraditório e da ampla defesa, com os meios e recursos a elas inerentes, inclusive acompanhar o procedimento pessoalmente ou por intermédio de defensor, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.~~

~~§ 1º O sindicante poderá denegar pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos, mediante despacho fundamentado.~~

~~§ 2º Será indeferido o pedido de prova pericial quando a comprovação do fato independer de conhecimento especial de perito.~~

~~§ 3º Juntar-se-á aos autos, necessariamente, extrato dos assentamentos funcionais do sindicado, contendo nome, matrícula, data de ingresso no órgão, elogios, penalidades não canceladas.~~

~~Art. 3º A sindicância será presidida por oficial, de nível hierárquico igual ou superior ao do sindicado.~~

~~§ 1º No caso de o sindicante ter o mesmo nível hierárquico do sindicado, deverá aquele ser mais antigo que este, salvo nos casos de precedência funcional estabelecida em lei ou regulamento.~~

~~§ 2º A autoridade instauradora poderá conceder, em caso de força maior ou mediante justificativa fundamentada, afastamento temporário do serviço por motivo de férias, licenças ou outro, ao sindicante, aos membros do conselho de disciplina, aos membros da tomada de contas especial, aos membros do conselho de justificação, ao encarregado de IPM, ao encarregado do procedimento de licenciamento de praças sem estabilidade, e designará substituto para prosseguir no procedimento apuratório, vedada a prática de qualquer ato por autoridade estranha ao mesmo.~~

~~Art. 4º O sindicante consignará, mediante despachos ordinatórios, as diligências necessárias à elucidação do fato, estabelecendo o nexa causal entre o objeto da apuração e as medidas adotadas.~~

~~Art. 5º Quando de sindicância feita em âmbito de circunscrição militar resulte indícios da existência de crime militar, encontrando-se nos autos sinal de prova da autoria e materialidade do delito, a autoridade militar instauradora deverá remeter os autos originais ao Comandante-Geral, cabendo a este, por sua vez, encaminhá-lo à Auditoria Militar, conforme o disposto no Art. 28 do CPPM.~~

~~Art. 6º A sindicância instaurada para apurar a autoria ou circunstâncias de fatos que não importem em acusação preliminar a determinado bombeiro militar será elaborada de forma inquisitorial, observando-se, no que couber, os prazos e preceitos previstos nesta Portaria.~~

~~Parágrafo único. Conhecida a autoria, o sindicante elaborará relatório circunstanciado sobre o que ficou apurado, indicando a transgressão disciplinar e observará o disposto nos artigos 19 e 20 desta Portaria, assegurando-se sempre o direito ao contraditório e à ampla defesa.~~

~~Art. 7º Se, em qualquer fase da instrução, surgir dúvida sobre a sanidade mental do sindicado, seu defensor poderá requerer ao sindicante ou este, de ofício, proporá à autoridade instauradora que ele seja submetido a exame por junta médica oficial, da qual participe pelo menos um médico psiquiatra, requerendo o sobrestamento do feito até a expedição do laudo pericial.~~

~~Parágrafo único. O incidente de insanidade mental será processado em autos apartados e apensado à sindicância.~~

~~Art. 8º Comprovada a impossibilidade de locomoção do sindicado por ato do médico do CBMDF até o 15º (décimo quinto) dia ou após este prazo ato da JISC, atestando que o sindicado não está em condições de prestar~~

~~esclarecimentos, o sindicato ou seu defensor comunicará, imediatamente, tal incidente ao sindicante ou este de ofício, encaminhará os autos devidamente instruído a autoridade instauradora, que solucionará a questão.~~

~~Art. 9º Será assegurado, na apuração, o sigilo necessário à elucidação do fato, ou exigido pelo interesse da Administração, mediante despacho fundamentado do sindicante.~~

~~Art. 10. As cópias reprográficas de documentos carreados para os autos serão autenticadas, sempre que possível.~~

~~Parágrafo único – As cópias termográficas (fax) poderão ser admitidas para defesa de direitos de risco iminente, as quais deverão ser substituídas até o término da sindicância.~~

~~Art. 11. São deveres do sindicato perante a Administração sem prejuízo de outros previsto em leis ou regulamentos.~~

~~I – expor os fatos conforme a verdade;~~

~~II – proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé;~~

~~III – não agir de modo temerário;~~

~~IV – prestar as informações que lhe forem solicitadas conforme o Art. 25, § 1º e Art. 29, sob pena de preclusão e colaborar para o esclarecimento dos fatos.~~

~~CAPÍTULO II~~

~~DO REGISTRO~~

~~Art. 12. Ao tomar conhecimento de fato caracterizador de transgressão disciplinar, qualquer militar deverá participá-lo, encaminhando, imediatamente, cópia da parte à autoridade competente para instauração da sindicância, salvo se for competente para fazê-lo, ou propor, por intermédio de seu superior hierárquico, a instauração de sindicância.~~

~~Parágrafo único. A parte conterá, circunstanciadamente, a notícia do fato, os nomes e respectiva lotação dos envolvidos, rol de testemunhas que não deverá exceder ao número de 03 (três) e as providências preliminares adotadas.~~

~~CAPÍTULO III~~

~~DA COMPETÊNCIA PARA INSTAURAR~~

~~Art. 13. São competentes, no âmbito de suas respectivas atribuições, para instaurar sindicância as seguintes autoridades:~~

~~I – Comandante Geral;~~

~~II – Chefe do Estado-Maior Geral/Subcomandante Geral;~~

~~III – Diretores;~~

~~IV – Chefe de Gabinete do Gabinete do Comandante Geral;~~

~~V – Comandantes Operacionais;~~

~~VI – Comandantes de Batalhões;~~

~~VII – Comandante da ABM;~~

~~VIII – Ajudante Geral;~~

~~IX – Chefes das Seções do Estado-Maior-Geral;~~

~~X – Comandantes de Centros;~~

~~XI – Comandantes de Companhias.~~

~~§ 1º O Comandante-Geral, o Subcomandante-Geral, os Comandantes Operacionais e os Diretores poderão avocar, a qualquer tempo, a sindicância ou o expediente noticiador do fato, para determinar o prosseguimento na apuração, instaurar sindicância ou propor a instauração de inquérito policial militar, respectivamente, sempre que houver conveniência para a Administração, ou o episódio, por sua natureza, gravidade, circunstância ou repercussão, comprometer a imagem ou a credibilidade da Corporação.~~

~~§ 2º Obedecidas as normas regulamentares de circunscrição hierárquica e comando, as atribuições enumeradas neste artigo, poderão ser delegadas a oficiais da ativa, para fins especificados e por tempo limitado.~~

~~§ 3º Na ocorrência de infração disciplinar de pequena complexidade, ou em caso de dúvida de sua existência, poderá a autoridade instaurar procedimento apuratório, fazendo mediante simples despacho, observado o disposto no Art. 17, § 1º; devendo o encarregado concluir os trabalhos de apuração no prazo de 12 (doze) dias, prorrogáveis no máximo por igual prazo, conforme o Art. 32, § 1º; obedecidas as prescrições desta Portaria, cabendo ao encarregado acostar aos autos os seguintes documentos essenciais:~~

~~I – notícia conforme o Art. 12;~~

~~II – notificação/intimação conforme o Art. 19.~~

~~III – termo de interrogatório conforme o Art. 25, caso as circunstâncias demonstrem ser necessário;~~

~~IV – razões de defesa escrita conforme o Capítulo V;~~

~~V – relatório minudente do Encarregado conforme o Art. 31;~~

~~VI – julgamento da autoridade instauradora conforme o Capítulo VII.~~

~~CAPÍTULO IV~~

~~DA INSTRUÇÃO~~

~~SEÇÃO I~~

~~DA AUTUAÇÃO~~

~~Art. 14. A capa da sindicância não será numerada e conterá os seguintes registros:~~

~~I – Número da sindicância;~~

~~II – Cabeçalho com a inscrição Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal seguido do nome da OBM responsável pela designação;~~

~~III – Nome, cargo e matrícula do sindicado, ou quando ignorado a expressão "em apuração";~~

~~IV – Breve resumo da transgressão disciplinar a ser apurada;~~

~~V – Nome, cargo e matrícula do sindicante.~~

~~Art. 15. A sindicância será desmembrada em volumes sempre que cada um deles atingir o total de 200 folhas, cabendo ao escrivão a lavratura dos termos de encerramento e de abertura, independentemente de despacho da autoridade sindicante.~~

~~§ 1º Cada novo volume terá numeração de folhas seqüencial à do anterior, incluindo as novas capas.~~

~~§ 2º Nas capas dos novos volumes da sindicância, será transcrito o registro da capa inicial, lançando-se, em destaque, inscrição que indique a ordem numérica de cada volume.~~

~~§ 3º Consignar-se-á, na capa inicial com apensos, a expressão "autos com apenso".~~

~~§ 4º O apensamento será sempre certificado nos autos principais e a capa dos volumes terá modelo próprio, contendo apenas os dados previstos nos incisos do Art. 14, lançando-se, em destaque, a expressão "apenso", seguida de sua ordem numérica.~~

~~Art. 16. Todas as peças da sindicância serão, por ordem cronológica, reunidas numa só processada, digitadas ou datilografadas, em espaço simples com as folhas numeradas, com exceção da capa, que corresponde à folha um, e rubricadas pelo escrivão responsável pelo feito, utilizando-se carimbo mecânico próprio, não podendo haver rasuras ou emendas.~~

~~Parágrafo único. O carimbo conterá campos distintos para lançamento da numeração de folhas, número de ordem do procedimento e rubrica do responsável sequencialmente.~~

~~SEÇÃO II~~

~~DA INSTAURAÇÃO~~

~~Art. 17. A sindicância será instaurada por Portaria, salvo exceção do Art. 13, § 3º, publicada em boletim, que individualizará o sindicado, quando for conhecido, consignando as circunstâncias do fato reprovável, data, horário, local, eventual vítima ou prejudicado e a classificação legal, em tese, da possível transgressão disciplinar, de forma a permitir o exercício do amplo direito de defesa.~~

~~§ 1º No ato de instauração, também será designado o sindicante do feito.~~

~~§ 2º Poderá o sindicante designar escrivão para a sindicância, se não tiver sido feito pela autoridade que lhe deu delegação para aquele fim, recaindo em 2º ou 1º tenente, se o sindicado for oficial, e em subtenente ou sargento, nos demais casos.~~

~~Art. 18. A instauração do procedimento, prevista no Art. 13, incisos II ao XI, será comunicada, imediatamente, ao órgão do art. 41, por escrito, anexando cópia da parte disciplinar registrada, se ainda não houver sido encaminhada.~~

~~Parágrafo único. Consignar-se-á, obrigatoriamente, na comunicação, a individualização funcional do sindicado, número do feito, data do início e breve histórico do fato a ser apurado, juntando-se cópia nos autos.~~

~~Art. 19. O bombeiro militar, a quem se atribua transgressão disciplinar, será notificado por escrito da instauração da sindicância, no prazo de dois dias úteis, a contar da data da publicação em Boletim ou no caso do artigo 13, § 3º, do despacho de instauração; anexando-se ao mandado cópia da portaria instauradora, da parte disciplinar e do despacho inicial ordinatório.~~

~~Art. 20. Na fase instrutória, observar-se-á o disposto no artigo antecedente, para posterior inclusão de sindicado ou imputação de fato novo, que será precedida de despacho fundamentado da autoridade sindicante, notificação a todos os sindicados e repetição dos atos que exijam ciência ou presença pessoal do militar então acusado, assegurando-se sempre o direito ao contraditório e à ampla defesa.~~

~~SEÇÃO III~~

~~DAS TESTEMUNHAS~~

~~Art. 21 As testemunhas prestarão depoimento oral separadamente e, na redação do termo, o sindicante se cingirá, tanto quanto possível, às expressões usadas por elas, reproduzindo, fielmente, o que for dito.~~

~~§ 1º Na inquirição de testemunhas, observa-se-á o disposto nos artigos 347 a 364 do Código de Processo Penal Militar. As testemunhas serão intimadas a depor mediante mandado expedido pelo sindicante, devendo, a primeira via, com o ciente da intimação ser juntada aos autos.~~

~~§ 2º Se a testemunha for militar será requisitado; o agente público será intimado pessoalmente e notificado a sua chefia imediata; o civil será intimado pessoalmente, em qualquer hipótese a comunicação será feita mediante ofício com indicação do dia, hora e motivo para a inquirição.~~

~~§ 3º Sendo necessária a oitiva de testemunha estranha ao serviço público e havendo recusa por parte desta em comparecer à audiência, a autoridade sindicante a intimará pela Segunda vez, advertindo que sua contumácia injustificada poderá caracterizar crime de desobediência conforme o Art. 330 do Código Penal, podendo esta ser conduzida coercitivamente, mediante ordem judicial.~~

~~§ 4º Na hipótese de depoimentos contraditórios ou que se infirmem, poderá ser feita a acareação entre os depoentes.~~

~~Art. 22. O sindicato ou seu defensor será intimado por escrito, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, da data, horário e local da audiência de inquirição de testemunhas, salvo se o sindicante não tiver cumprido o disposto nos Arts. 4º; 19 e 20.~~

~~Art. 23. O sindicato ou seu defensor constituído, conforme o Art. 2º, poderá fazer perguntas às testemunhas por intermédio do sindicante.~~

~~Parágrafo único. A presença ou ausência do sindicato à inquirição de testemunha será, obrigatoriamente, consignada no respectivo termo, colhendo-se, ao final, a assinatura de todos.~~

~~Art. 24. A inquirição de testemunhas residentes em localidades de outros Estados da Federação, desde que impossibilitado o deslocamento do sindicante, poderá ser feita mediante Carta Precatória conforme o artigo 361 do CPPM, com perguntas prévias e objetivamente formuladas, remetida à autoridade local pelo meio mais rápido de comunicação escrita, dando ciência dos respectivos atos ao sindicato.~~

~~Parágrafo único. O sindicato será intimado por escrito, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, para apresentar os quesitos que entender necessários à defesa.~~

SEÇÃO IV

DO INTERROGATÓRIO

~~Art. 25. Em dia e hora previamente designados, o sindicato, devidamente requisitado conforme o Art. 349 do CPPM, com antecedência mínima de 24 horas, será interrogado sobre os fatos que lhes são imputados, com observação, no que lhe for aplicável, das regras previstas nos artigos 302 a 306 do CPPM.~~

~~§ 1º O interrogatório será o primeiro ato da Sindicância que não estiver enquadrado conforme o Art. 6º. O sindicato ou seu defensor poderá, logo após o interrogatório ou no prazo de 2 (dois) dias, oferecer alegações escritas, indicar diligências e arrolar testemunhas no máximo em número de 3 (três).~~

~~§ 2º O defensor do sindicato poderá assistir ao interrogatório, sendo-lhe vedado intervir ou, de qualquer maneira, influir nas perguntas e respostas.~~

~~§ 3º No caso de mais de um sindicato, cada um deles será ouvido separadamente e sempre que divergirem em suas declarações sobre fatos ou circunstâncias, poderá ser promovida a acareação entre eles.~~

~~Art. 26. Se impedido de se locomover, por motivo de saúde, mas estiver em condições de prestar esclarecimentos, o sindicato será interrogado no local onde se encontrar, ouvido o médico que acompanha o tratamento.~~

~~Parágrafo Único. A ausência do sindicato à audiência designada para o seu interrogatório será certificada nos autos, dando-se prosseguimento do procedimento apuratório.~~

SEÇÃO V

DO SOBRESTAMENTO

~~Art. 27. Ocorrendo causas que impeçam o prosseguimento das diligências, a sindicância poderá ser sobrestada a pedido motivado do sindicante, por até 30 dias, à exceção do Art. 42, § 2º desta Portaria, mediante despacho fundamentado da autoridade que determinou sua instauração.~~

~~§ 1º O sobrestamento destina-se ao aguardo da conclusão de exames periciais de difícil elaboração, recebimento de documento relevantes que possam demandar demora na sua expedição, oitiva de pessoas que se encontrem ausentes, cumprimento da providência prevista no artigo 24 desta Portaria e outras diligências imprescindíveis à elucidação do fato, podendo ocorrer também, se o sindicado for designado para cumprir missão considerada inadiável fora do Distrito Federal, em caráter temporário.~~

~~§ 2º Em relação ao sindicado, o sobrestamento será concedido somente em caso de licença para tratamento de saúde própria, mediante recomendação ou parecer da JISC/CBMDf, licença luto, licença nupcias e férias.~~

~~§ 3º O sobrestamento suspenderá o prazo da sindicância, prosseguindo-se a contagem deste quando cessarem os motivos que justificaram a sua concessão.~~

~~§ 4º Não poderão ser formalizadas quaisquer diligências nos autos durante o prazo de sobrestamento, salvo as relacionadas à medida.~~

~~§ 5º A concessão do sobrestamento, a sua prorrogação e o reinício da apuração, respectivamente, serão comunicados aos órgãos previstos no Artigo 18 desta Portaria, notificando-se, também, o sindicado.~~

CAPÍTULO V

DO DESPACHO DE INSTRUÇÃO E INDICIAÇÃO

~~Art. 28. Ultimada a fase instrutória e havendo indícios de transgressão disciplinar ou crime, o sindicante procederá à indicição do militar mediante despacho próprio, consignando a tipificação da infração, o fato censurável e suas circunstâncias, bem como as respectivas provas.~~

~~Parágrafo único. Não vislumbrando a prática de transgressão disciplinar ou crime, por inexistência do fato ou absoluta ausência de indícios de responsabilidade funcional do militar, o sindicante fará minucioso relatório, discorrendo sobre os fatos constantes da portaria ou despacho inicial e os que tiverem decorrido da instrução probatória, remetendo a sindicância à autoridade que determinou sua instauração para apreciação e julgamento.~~

CAPÍTULO VI

DA DEFESA ESCRITA

~~Art. 29. O sindicado ou seu defensor constituído será citado para apresentar defesa escrita no prazo de 3 (três) dias, sendo-lhe facultada vista dos autos e reprodução de peças por ele indicadas, às suas expensas;~~

~~Parágrafo único. Havendo dois ou mais sindicados, o prazo será comum e de 06 (seis) dias.~~

~~Art. 30. Não apresentado defesa escrita, o sindicante deverá, de imediato, solicitar à autoridade instauradora a nomeação de um oficial como defensor do sindicado, a quem será concedido vistas dos autos, para que, a partir da nomeação, possa acompanhar o sindicado em sua defesa, apresentando-a por escrito em seu nome, no prazo de cinco dias, observando-se as prescrições desta Portaria.~~

CAPÍTULO VII DA

CONCLUSÃO

SEÇÃO I

DO RELATÓRIO

~~Art. 31. Concluídos os trabalhos investigatórios, o sindicante fará minucioso relatório sobre o que tiver sido apurado, opinando pela aplicação de sanção ao sindicado, com indicação do dispositivo legal ou regulamentar infringido, ou pelo arquivamento, remetendo os autos, em qualquer hipótese, à autoridade que determinou a instauração da sindicância.~~

~~Parágrafo único. No relatório, deverá o sindicante fazer um histórico do fato, discorrer sobre as diligências realizadas e concluir sobre a materialidade, circunstâncias e autoria da transgressão com objetividade, clareza e concisão; evitando, contudo, exposição, demasiadamente, sucinta e transcrições extensas de termos de reinquirição, repetindo, apenas e quando necessário, os trechos essenciais ao esclarecimento.~~

SEÇÃO II

DOS PRAZOS

~~Art. 32. O prazo para a conclusão da sindicância é de 30 (trinta) dias, prorrogável, no máximo, por igual período, a critério da autoridade instauradora, incluindo-se o prazo para defesa escrita e relatório; salvo o disposto no Art. 13, § 3º desta Portaria.~~

~~§ 1º Conhecida a autoria e não havendo prazo suficiente para a conclusão do feito, o sindicante elaborará relatório circunstanciado sobre o que foi apurado, contendo os motivos que impediram a conclusão no prazo regular e as providências faltantes.~~

~~§ 2º Os prazos serão contados por dias corridos, não se computando o dia inicial, prorrogando-se o vencimento que cair em sábados, domingos e feriados ou ponto facultativo para o primeiro dia útil subsequente, ressalvados os casos especiais previstos nesta Portaria.~~

~~§ 3º As prorrogações de prazo serão comunicadas, por escrito, ao órgão do Art. 41 desta Portaria.~~

CAPÍTULO VIII DO

JULGAMENTO

~~Art. 33. Caberá à autoridade instauradora proferir o julgamento e, se for o caso, aplicar a punição no prazo de oito dias, a contar do recebimento da sindicância, ressalvada a competência da autoridade de instância superior.~~

~~§ 1º Não vislumbrando a ocorrência de transgressão disciplinar, a autoridade julgadora determinará o arquivamento do feito, mencionando as razões do seu convencimento.~~

~~§ 2º Quando, por ocasião da aplicação da sanção disciplinar resultante da sindicância, a autoridade aplicadora não tiver a competência para aplicar o *quantum* cabível, deverá encaminhar a sindicância à autoridade competente, que decidirá em igual prazo.~~

~~§ 3º Havendo mais de um sindicado e diversidade de sanções, o julgamento caberá à autoridade competente para a imposição da penal mais grave.~~

~~Art. 34. Caso a autoridade hierarquicamente superior não acolha os termos da decisão anterior, avocará a decisão do feito, proferindo novo julgamento no prazo de 08 (oito) dias do recebimento dos autos, podendo aplicar pena, anulá-la ou agravá-la, fundamentadamente.~~

~~Art. 35. A autoridade julgadora e as demais autoridades de instância superior procederão, obrigatoriamente, à revisão e análise criteriosa dos autos, quanto aos aspectos formais e de mérito, e, constatando qualquer vício insanável, declarará nulidade do feito ou, se couber, sem prejuízo do rito, do prazo ou da uniformidade da instrução, apenas do ato irregular, determinando respectivamente a instauração de outro procedimento ou repetição do ato viciado.~~

~~§ 1º Cópia integral autenticada da sindicância anulada, instruirá o novo procedimento que for instaurado para apurar o mesmo fato;~~

~~§ 2º Constatadas falhas grosseiras que, em princípio, não deveriam passar despercebidas aos responsáveis pela feitura e análise da sindicância, estes estarão passíveis de responsabilização disciplinar.~~

~~Art. 36. A autoridade julgadora poderá dar ao fato definição jurídica diversa da que consta da Portaria instauradora ou do despacho iniciatório, ainda que em consequência, tenha de aplicar sanção mais grave, desde que o sindicado dele haja se defendido.~~

~~§ 1º Ocorrendo a possibilidade de nova definição jurídica do fato, em consequência de prova existente nos autos de circunstância elementar não contida, explícita ou implicitamente, no despacho de instrução, a autoridade instauradora dará vista ao sindicado, a fim de defender-se do novo enquadramento, observado o disposto no capítulo V desta Portaria.~~

~~§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, a autoridade instauradora, após juntada da defesa, elaborará relatório complementar, considerando as novas razões apresentadas e submeterá o feito a julgamento da instância, imediatamente, superior.~~

~~Art. 37. Em caso de anulação da sindicância, o novo procedimento instaurado receberá numeração diversa, repetindo-se todos os atos que exijam ciência ou presença pessoal do sindicado, inclusive inquirição de testemunhas, com homologação das demais provas obtidas, juntando-se cópia integral do feito anterior em apenso, apenas como peça informativa.~~

~~Parágrafo único. Não ocorrendo indicição do sindicado, e divergindo deste entendimento a autoridade instauradora da sindicância, ou a outra na escala hierárquica ascendente, poderá aquela que divergiu, fundamentadamente, instaurar novo procedimento, designando outro sindicante, após o arquivamento do feito anterior, ou promover o indiciamento do sindicado, citando-o a apresentar defesa escrita, observado o disposto nos capítulos IV, V e § 2º, do Art. 35 desta Portaria.~~

~~Art. 38. O julgamento será feito em despacho fundamentado, com menção expressa do fato censurável e suas circunstâncias, do dispositivo legal ou regulamentar infringido, observando-se a dosimetria da sanção, disposta no Regulamento Disciplinar Vigente.~~

~~§ 1º Todas as soluções e/ou resumo dos despachos de arquivamento serão publicados em boletim, para eficácia do ato administrativo, salvo os casos de segredo de justiça previsto em lei;~~

~~§ 2º Sobrevindo a transferência de unidade do sindicado, permanece preventa a competência da autoridade instauradora para a aplicação da sanção disciplinar.~~

~~§ 3º Uma via do ato punitivo será juntada, logo após o despacho decisório; outra será anexada aos autos da sindicância para publicação, devendo ser a última peça do processo e regularmente numerada.~~

~~Art. 39. Publicado o ato punitivo, o militar será comunicado de imediato para o cumprimento da sanção disciplinar, devendo ser juntado ao feito provas do início e término da execução.~~

~~Parágrafo Único. O Comandante ou Chefe imediato do militar punido, após a publicação do ato punitivo, deverá de ofício ou mediante determinação, dar cumprimento integral à sanção imposta; fiscalizando, registrando, bem como, notificando o órgão do art. 41 desta Portaria; o não cumprimento desta atribuição importará em responsabilização disciplinar, conforme o disposto no art. 13, item 2 do RDE.~~

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

~~Art. 40. Aplica-se, subsidiariamente, aos casos omissos e ou não regulamentados, o Código de Processo Penal Militar ou o Código de Processo Penal.~~

~~Art. 41. O órgão do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal responsável pelo arquivamento manterá registro das sindicâncias, consignando os dados essenciais de cada procedimento e promovendo rigoroso controle de seu andamento e conclusão, sem prejuízo da fiscalização por parte do Comandante Geral.~~

~~Art. 42. Não será concedida licença especial ou licença para tratar de interesse particular ao bombeiro militar que estiver respondendo à sindicância.~~

~~§ 1º O sindicado, em gozo de qualquer das licenças mencionadas no caput deste artigo, será intimado para comparecer aos atos que exijam sua presença ou ciência.~~

~~§ 2º Não comparecendo o sindicado, por razões devidamente justificadas, no prazo estipulado pelo sindicante, este fundamentará pedido de sobrestamento à autoridade instauradora.~~

~~§ 3º Havendo mais de um sindicado, na hipótese do parágrafo anterior, o feito será desmembrado, dando-se prosseguimento em relação aos demais.~~

~~Art. 43. Concluída a sindicância, com a comprovação da falta cometida e após o cumprimento da sanção estabelecida, o bombeiro militar sancionado poderá ser transferido da unidade em que serve, a critério de seu Comandante, mediante proposta fundamentada à autoridade superior.~~

~~Art. 44. O bombeiro militar que estiver respondendo à sindicância poderá permanecer no expediente administrativo na unidade onde estiver lotado.~~

~~Parágrafo único. O sindicado poderá concorrer à escala de serviço submetida aos militares do expediente administrativo, desde que não ocasione prejuízo ao feito.~~

~~Art. 45. Cabe recurso de reconsideração, na forma do Título V, Capítulo I do Regulamento Disciplinar Vigente no que couber, ao sindicante ou à autoridade instauradora no prazo de dois dias, a contar do conhecimento da decisão ou do ato a ser impugnado.~~

~~Parágrafo único. A autoridade terá dois dias para manifestar-se sobre o recurso mencionado no caput deste artigo.~~

~~Art. 46. Cabe recurso de representação ou de queixa na forma do Título V, Capítulo I do Regulamento Disciplinar Vigente no que couber, pelo indeferimento do pedido ou não cumprimento do artigo antecedente no prazo de dois dias do conhecimento da decisão.~~

~~§ 1º O recurso será encaminhado por intermédio da autoridade referida no Art. 45 desta Portaria.~~

~~§ 2º A autoridade terá dois dias para manifestar-se sobre os recursos mencionados no caput deste artigo.~~

~~Art. 47. O policiamento das audiências será exercido pelo Encarregado da Sindicância, o qual usará dos meios necessários para assegurar a regularidade dos trabalhos, inclusive fazendo retirar do recinto aqueles que estejam comportando-se inconvenientemente.~~

~~Art. 48. No caso de recusa do sindicado em apor o ciente na citação ou intimação que lhe for apresentada, o bombeiro militar incumbido da diligência consignará o incidente, em termo próprio, com a assinatura de duas testemunhas presenciais, iniciando-se daí o curso de eventual prazo concedido à defesa.~~

~~Art. 49. As autoridades elencadas no Artigo 13 desta Portaria deverão manter um livro, numerado e rubricado pela autoridade instauradora, para registrar todas as sindicâncias instauradas no âmbito de sua competência, onde constará o nome das partes envolvidas, do encarregado pela apuração, incidência disciplinar, data do fato e os andamentos do feito.~~

~~Art. 50. Com o escopo de maximizar a celeridade do procedimento apuratório, encontram-se, no Anexo I, modelos de atos de instauração e de instrução de sindicância.~~

~~Art. 51. O disposto nesta Portaria aplica-se às sindicâncias em curso, sem prejuízo da validade dos atos praticados na vigência da Portaria nº 64 de 30 dezembro de 1.999, publicada no Boletim Geral nº 246/99.~~

~~Art. 52. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se a Portaria nº 064 de 30 de dezembro de 1.999 e Portaria nº 002 de 5 de fevereiro de 2001, publicada no Boletim Geral nº 25/2001.~~

~~Brasília-DF, em 13 de junho de 2001.~~

~~OSCAR Soares da Silva – Coronel QOBM/Comb.~~

~~Comandante-Geral do CBMDF~~

~~ANEXO I~~

~~MODELOS~~

~~[Cabeçalho da Unidade]~~

~~(Modelo 01 – Portaria)~~

~~PORTARIA de 29 de janeiro de 2001 – Gab/Cmt – 18ª CRI~~

~~Tendo chegado ao meu conhecimento que ontem, por volta das 02:00 horas, nas proximidades da QNM 26 – Ceilândia/DF, o SBM/1 J.W, matrícula nº 00000-X e um terceiro, foram presos e autuados em flagrante delito, na 19ª D.P. – Ceilândia/DF; determino que, autuada esta, se instaure a respectiva sindicância, adotando-se, inicialmente, as seguintes providências:~~

~~1. Instauro, nos termos do Art. 17, da Portaria nº 09/2001 a Sindicância com o número em epígrafe, para apuração de eventuais indícios de autoria e materialidade de violação do dever militar, por parte do Bombeiro Militar J.W, matrícula 00000-X.~~

~~2. Para realização desta apuração em tela, nomeio o 1º Tenente QOBM/Comb. A.A, Encarregado do presente feito, nos termos prescrito no Art. 17, § 1º da Portaria nº 09/2001, delegando-lhe para tal as atribuições de polícia judiciária militar que me competem nos termos da legislação vigente.~~

~~3. Cumpra-se e publique-se.~~

~~R.R. - Major QOBM/Comb.~~

~~Comandante da 18ª CRI~~

~~Obs.: A portaria sempre será o documento de folha nº 02, salvo, o disposto no Art. 13 §3º da Portaria nº 09/2001.~~

~~[Cabeçalho da Unidade]~~

~~(Modelo 02 - Termo de Autuação)~~

~~Sindicante : 1º Tenente QOBM/Comb. AA, matrícula nº 00000-X.~~

~~Sindicado : SBM/1 JW, matrícula nº. 00000-X (ou em apuração).~~

~~Assunto : Prisão e autuação em flagrante delito, na 19ª DP -
Ceilândia/DF.~~

TERMO DE AUTUAÇÃO

~~Aos trinta dias do mês de janeiro de dois mil e um, no Quartel da 18ª CRI/CBMDF, autuo a Portaria de 29 de janeiro de 2001, do Senhor (autoridade delegante), às fls. nº 002 e demais documentos que deram origem ao presente feito e que me foram entregues, do que para constar lavro o presente termo e subscrevo.~~

~~A.A - 2º Tenente QOBM/Comb.~~

~~Encarregado da Sindicância~~

~~Obs.: A autuação será a capa do procedimento apuratório, o mesmo não receberá numeração, mas será contado como o de fl. 01, conforme o disposto no Art. 16 da Portaria nº 09/2001.~~

~~[Cabeçalho da Unidade] (Modelo~~

~~03 – Termo de Abertura)~~

TERMO DE ABERTURA

~~Aos trinta dias do mês de janeiro de 2001, no Quartel da 18ª CRI/CBMDf, em cumprimento à determinação do Sr. Major R.R., delegada pela Portaria de 29 de janeiro de 2001, do Senhor (autoridade delegante) e seus anexos, comigo o 3º Sargento BM P.P., matrícula nº 00000-X, na qualidade de escrivão, dou início a presente sindicância; inquirindo o(s) envolvido(s) e testemunha(s) na forma que adiante se vê, para constar, mandei lavrar o presente termo.~~

~~A.A – 1º Tenente QOBM/Comb.~~

~~Encarregado da Sindicância~~

~~Obs.: O Termo de Abertura será sempre o documento de fl. 03.~~

~~[Cabeçalho da Unidade]~~

~~(Modelo 04 – Despacho Ordinatório)~~

DESPACHO ORDINATÓRIO

~~1. Junte-se aos autos a Parte S/Nº ____/2001, do Capitão QOBM/Comb. K.F., Supervisor.~~

~~2. Oficie-se a 19ª D.P., solicitando cópia do auto de prisão em flagrante delito.~~

~~3. Requisite-se o Soldado PM WZ, matrícula nº 00000-X, lotado no 5º BPM – Gama/DF, na condição de testemunha, para prestar depoimento na data de 1º de fevereiro de 2001, às 09:00 horas.~~

~~4. Intimem-se os Agentes de Polícia C.C e B.B, para prestarem depoimentos na data de 1º de fevereiro de 2001, às 10:00 e 11:00 horas, respectivamente.~~

~~5. Oficie-se ao Comandante 18ª CRI/CBMDf da designação do 3º Sargento P.P, matrícula nº 00000-X, para servir como escrivão no presente feito.~~

~~6. Notifique-se o Sindicato do feito.~~

~~7. Etc.....~~

~~Brasília-DF, em 30 de janeiro de 2001.~~

~~A.A - 1º Tenente QOBM/Comb.~~

~~Encarregado de Sindicância.~~

~~Obs.: O despacho ordinatório, de regra, será o documento de folha nº 04 e realizado conforme o disposto no Art. 4º, da Portaria nº 09/2001~~

~~[Cabeçalho da Unidade]~~

~~(Modelo 05 - Juntada)~~

JUNTADA

~~Aos trinta dias do mês de janeiro de 2001, nesta cidade de Brasília-DF, Capital da República, no Quartel da 18ª CR/CBMDF, faço a juntada dos seguintes documentos:~~

- ~~a) Parte s/nº, do Capitão QOBM/Comb. K.F;~~
- ~~b) Cópia da Nota de Culpa do SBM/1 J.W., matrícula nº 00000 X;~~
- ~~c) Cópia da ficha de assentamento do Sindicado;~~
- ~~d)~~

~~P.P - 3º Sargento BM~~

[Cabeçalho da Unidade] (Modelo

06 - NOTÍCIA DO FATO)

Parte Nº ____/2001 - K.F. _____ Brasília-DF, em 28 de janeiro de 2001.

Do: _____ Capitão _____ QOBM/Comb.
Supervisor de Dia.

Ao: Sr. Comandante da 18ª CRI

Assunto: Ocorrência - RELATA

1. Nesta data, entre às 02:00 e 03:00 horas, o Bombeiro Militar SBM/1 J.W, matrícula nº 00000-X, foi preso e autuado em flagrante delito, na 19ª D.P. - Ceilândia/DF. O militar autuado, após a lavratura do flagrante, foi recolhido à prisão do 2ª BI/CBMDf, sito Área Especial 01 - Taguatinga Norte. Consta no auto de prisão que o militar autuado estava acompanhado do SPM W.Z, matrícula nº 00000-X, casado, natural de Côco Seco - BA, com 19 anos de idade, filho de F.Z e H.Z, residente à _____, lotado no 5ª BPM - Gama/DF.

2. O SBM/1 J.W foi encaminhado pela 19ª D.P. ao IML, para ser submetido ao exame de corpo de delito, LESÕES CORPORAIS "AD CAUTELAM".

~~3. Testemunharam o fato os agentes de Polícia C.C e B.B, lotados na 19ª D.P., Ceilândia.~~

~~4. Encaminho, em anexo, a Nota de Culpa do SBM/1 J.W., matrícula nº 00000-X.~~

~~K.F. Capitão QOBM/Comb.~~

~~Supervisor~~

~~[Cabeçalho da Unidade] (Modelo 07--~~

~~Designação de Escrivão)~~

~~Ofício Nº _____/2001-- Sind.~~

~~Brasília-DF, em 30 de janeiro de 2000.~~

~~Senhor Comandante,~~

~~Comunico a Vossa Senhoria que, na forma do Art. 17, § 2º da Portaria nº 009/2001, combinado com o Art. 11 do CPPM, designei o 3º Sargento P.P, matrícula nº 00000-X, para servir de Escrivão do presente procedimento administrativo apuratório, do qual fui Encarregado pela Portaria de 29 de janeiro de 2001, do Senhor (autoridade delegante).~~

~~A.A.-- 1º Tenente QOBM/Comb.~~

~~Encarregado da Sindicância~~

Ao Senhor

~~R.R. Major QOBM/Comb~~

~~Comandante da 18ª CRI~~

NESTA

~~[Cabeçalho da Unidade] (Modelo 08 --~~

~~Termo de Compromisso)~~

~~TERMO DE COMPROMISSO~~

~~Aos trinta dias do mês de janeiro do ano de dois mil e um, no Quartel da 18ª CRI/GBMDF, onde me encontrava, eu 3º Sargento P.P., matrícula nº 00000-X, designado pelo 1º Tenente QOBM/Comb. A.A., para servir de Escrivão na presente apuração, o que faço prestando por este termo o compromisso de bem e fielmente desempenhar as funções que me foram afetas, bem como manter sigilo nos termos do Art. 9º, da Portaria nº 09/2001, combinado com o art. 11, Parágrafo Único do CPPM, para constar lavro o presente termo e subscrevo.~~

~~A.A. -- 1º Tenente QOBM/Comb.~~

Encarregado da Sindicância

~~[Cabeçalho da Unidade] (Modelo 09 —~~

~~Notificação ao Sindicado)~~

~~Ofício nº _____/2001 — Sind.~~

~~Brasília-DF, em 30 de janeiro de 2001.~~

~~Ao Sindicado,~~

~~Venho por meio deste, comunicar que contra a sua pessoa foi instaurado o procedimento administrativo de apuração de responsabilidade, cientificando-o das diligências que serão realizadas na forma do Despacho Ordinatório em (anexo) e demais documentos, conforme o art. 19 da Portaria nº 09/2001.~~

~~A.A. — 1º Tenente QOBM/Comb.~~

Encarregado da Sindicância

~~Ao Senhor~~

~~SBM/1 J.W~~

~~Sindicado~~

~~N E S T A~~

~~{Cabeçalho da Unidade}~~

~~(Modelo 10 - SOLICITAÇÃO DE DOCUMENTOS)~~

~~Ofício nº _____/2001 - Sind.~~

~~Brasília-DF, em 30 de janeiro de 2001.~~

~~Senhor Delegado,~~

~~A fim de instruir os autos de sindicância da Portaria 001/2000, solicito a V.Sa. cópia do auto de prisão em flagrante delito do SBM/1 J.W, matrícula nº 00000-X, no dia 28 de janeiro de 2001, por volta das 02:00 horas, nas proximidades da QNM nº 26 - Ceilândia/DF, conforme relatório do Capitão QOBM/Comb. H.F., Supervisor.~~

~~Respeitosamente,~~

~~A.A. - 1º Tenente QOBM/Comb.~~

~~Encarregado da Sind.~~

Ao Senhor

Dr. Z.Z.

Delegado-Chefe da 19ª DP – Ceilândia

N E S T A

[Cabeçalho da Unidade]

(Modelo 11 – REQUISIÇÃO DE MILITAR)

Ofício nº _____/2001 – Sind.

Brasília – DF, em 30 de janeiro de 2001.

Sr. Comandante,

Em cumprimento ao disposto no Art. 288, § 3º do CPPM, requisito o Soldado PM W.Z., matrícula nº 00000-X, lotado nesse Batalhão, para comparecer à sede da 18ª CRI/CBMDF, sito à _____, no dia 1º de fevereiro de 2001, às 09:00 horas, a fim de ser ouvido como testemunha em Sindicância, em decorrência de ter sido encontrado esse militar em companhia do SBM/1 J.W., matrícula nº 00000-X, o qual foi preso e autuado em flagrante por crime contra a incolumidade pública, porte de entorpecente.

Respeitosamente,

A.A. – 1º Tenente QOBM/Comb.

Encarregado da Sindicância

Ao Senhor

N.N – CEL QOPM

Comandante do 5º BPM – GAMA/DF.

N E S T A

OBS.: A requisição é a forma regulamentar de intimar os militares da ativa das Forças Armadas, Policiais Militares, Bombeiros Militares e réus presos (militar ou civil) para prestarem depoimento na forma preconizada pelos Arts.

288, § 3º do CPPM e 359, do CPP. Tratando-se de militar de patente superior a da autoridade notificante, ele será compelido a comparecer por intermédio da autoridade militar a que estiver imediatamente subordinado (art. 349 do CPPM),, salvo se o miliciano pertencer a mesma unidade onde ocorreu a instauração do processo,; neste caso, basta apenas comunicar a requisição ao chefe imediato de forma simplificada.

[Cabeçalho da Unidade]

~~(Modelo 12 - INTIMAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO)~~

Ofício nº _____/2001 - Sind.

Brasília-DF, em 30 de janeiro de 2001.

Senhor Agente,

Em cumprimento ao disposto no Art. 288, §3º do CPPM, combinado com Art. 359 do CPP, intimo Vossa Senhoria a comparecer na sede da 18ª CRI, sito à _____, no dia 1º de fevereiro, às 10:00 horas, a fim de ser ouvido como testemunha em Sindicância, por ter presenciado a prisão em flagrante de SBM/1 J.W., mat. 00000-X.

Respeitosamente.

A.A. - 1º Tenente QOBM/Comb.

Encarregado da Sindicância

Ao Senhor

C.C

Agente de Polícia

Residente QNM 99, Casa 99 - Ceilândia/DF

N E S T A

Obs.: Na hipótese de Agente Público, terá o encarregado de encaminhar intimação pessoal à testemunha e notificação ao seu Chefe Imediato da realização da audiência, esclarecendo a necessidade do comparecimento do Agente Público, Art. 359 c/c Art. 370 do C.P.P.

[Cabeçalho da Unidade]

Ofício nº _____/2001 – Sind.

~~Brasília-DF, em 30 de janeiro de 2001.~~

Senhor Delegado-Chefe,

~~Em cumprimento ao disposto no Art. 360 do CPP, comunico a Vossa Senhoria que os agentes B.B. e C.C. foram intimados a comparecerem na sede da 18ª CRI/CBMDf, sito à _____, no dia 1º de fevereiro do ano em curso, respectivamente o primeiro às 10:00 horas e o segundo às 11:00 horas, a fim de serem ouvidos como testemunhas em sindicância, por terem presenciado a prisão em flagrante do SBM/1 J.W, matrícula nº 00000-X.~~

Respeitosamente.

~~A.A. – 1º Tenente QOBM/Comb.~~

~~Encarregado da Sindicância~~

Ao Senhor

Dr. ZZ

~~Delegado-Chefe da 19ª DP – Ceilândia.~~

N E S T A

~~[Cabeçalho da Unidade] (Modelo 14 –~~

~~Termo de Interrogatório)~~

TERMO DE INTERROGATÓRIO

Aos ____ dias do mês de ____ do ano de ____, nesta cidade, de ____ (ou lugar onde for), no Quartel do ____ (ou lugar onde for), presente eu, TEN AA (posto e nome) encarregado desta Sindicância, comigo o 3º Sargento BM P.P. ____ servindo de escrivão, compareceu J.W ____ (**nome do sindicado, posto ou graduação, se tiver e onde serve**) a fim de ser interrogado sobre o fato constante da parte (representação ou o que for). Em seguida, passou a autoridade a interrogá-lo da maneira seguinte: qual seu nome, idade, filiação, estado civil, naturalidade, posto ou graduação e a que unidade militar, repartição ou estabelecimento militar pertencente. Depois de esclarecido do seu direito constitucional de silêncio, cientificado da transgressão ao dever militar que lhe é feita e interrogado, conforme o art. 306 do CPPM. Responde que, **(seguem-se as respostas do indiciado, na mesma ordem das perguntas)**. Perguntado como se dera o fato narrado na parte (representação ou o que for) de fls. ____ e que lhe foi lida, respondeu que ____; perguntado se tem fatos a alegar ou provas que justifiquem a sua inocência, respondeu que ____; perguntado mais sobre ____ (seguem-se as demais perguntas e respostas). E como nada mais disse e nem lhe foi perguntado, deu o encarregado desta Sindicância por findo o presente interrogatório, mandando lavrar este auto, que depois de lido e achado conforme, assina com o sindicado **(ou com as testemunhas F. ____ e F. ____ a rôgo do sindicado, que não sabe ou não pode escrever)**, e comigo o 3º Sargento BM P.P.. ____ servindo de escrivão, que o digitou.

Nome e Assinatura do Encarregado

Nome e Assinatura do Interrogado ou sindicado

Nome e Assinatura do Defensor ou Curador (para os maiores de 18 anos e menores de 21 anos):

Nome e Assinatura do Escrivão

[Cabeçalho da Unidade]

(Modelo 15 – Defesa Prévia)

DEFESA PRÉVIA

Senhor Encarregado,

A defesa reserva-se ao direito de, ao final, na fase das razões finais, apreciar o "*meritum causae*" (mérito da causa). Nessa oportunidade, protestando pela reinquirição do noticiante e das testemunhas arroladas na notícia, requer a Vossa Senhoria as seguintes diligências:

a) oitiva das seguintes testemunhas:

I)

II)

III)

b) Ofício aos Dr. Delegado da 19ª D.P., solicitando laudo preliminar e/ou laudo definitivo

da suposta substância entorpecente.

c) ~~Ofício ao Instituto de Medicina Legal – IML, solicitando o Laudo de Lesão Corporal do~~
~~sindicado;~~

d) ~~....~~

~~Brasília-DF, em 02 de fevereiro de 2001.~~

~~J.W. – SBM/1~~

~~Matrícula nº 00000-X~~

~~Sindicado~~

~~[Cabeçalho da Unidade]~~

~~(Modelo 16 – TERMO DE Depoimento de Testemunha)~~

~~TERMO DE DEPOIMENTO DE TESTEMUNHA~~

~~Aos _____ dias do mês de _____ do ano de _____, neste cidade de _____ (ou lugar que for) no quartel do _____ (ou lugar que for) onde se achava eu, TEN QOBM/Comb. AA, (posto e nome), encarregado da sindicância, comigo o 3º Sargento PP servindo de escrivão, compareceu a testemunha abaixo nomeada que foi inquirida sobre a parte (representação) de fls _____ a qual lhe foi lida, declarando o seguinte: **nome por extenso, idade, naturalidade, filiação, estado civil, profissão e residência, (posto ou graduação, se militar, e onde serve)** depois do compromisso de dizer a verdade, disse que **(referir tudo quanto disser a testemunha sobre a violação do dever militar e as suas circunstâncias e o que lhe for perguntado)**. Encarregado desta sindicância lavro o presente auto, que, lido e achado conforme, vai por ele rubricado e assinado pela testemunha ou **(a rôgo da testemunha que não souber ou não puder escrever)** seu defensor e escrivão que digitou.~~

~~Nome e Assinatura do Encarregado~~

~~Nome e Assinatura do Testemunha Nome e~~

~~Assinatura do Defensor Constituído Nome e~~

~~Assinatura do Sindicato~~

~~Obs.: Quando for ser ouvido várias testemunhas no mesmo dia e local, poderá a autoridade policial judiciária militar fazer um a assentada, porque o termo de depoimento diz respeito ao depoimento de apenas uma testemunha.~~

~~{Cabeçalho da Unidade}~~

~~(Modelo 17 – Despacho de Instrução e Indiciação)~~

~~Ofício nº _____/2001 – Sind.~~

~~Brasília – DF, em 02 de fevereiro de 2001.~~

~~Ao Sindicado,~~

~~O Encarregado da Sindicância que a este subscreve, na forma do art. 28, Portaria 09/2001 vem oferecer indiciação em desfavor do SBM/1 J.W., matrícula nº 00000-X, por indício de prática de transgressão do dever militar no âmbito administrativo, pelo seguintes fatos:~~

~~1. Consta dos referidos autos que no dia 28 de janeiro do ano em curso, por volta das 02:00 horas, nesta cidade, nas proximidades da QNM 26 – Ceilândia/DF, o sindicado foi preso e autuado em flagrante delito por crime contra a incolumidade pública, porte de entorpecente "cocaína".~~

~~2. No dia local e hora já citados, o sindicado estava casualmente em companhia do SPM/1 W.Z e foram surpreendidos pelos Agentes de Polícia C.C e B.B, que encontraram 1 (um) Kg da droga, invólucro em papel cor amarela, junto à pessoa do SBM/1 J.W. que em, ato contínuo, foi algemado e conduzido para a 19ª DP.~~

~~Assim, estando incurso nos itens _____, do art. 113 e art. 13 do RDE, fato que afeta a honra pessoal, o pundonor militar, o decoro da classe e outras prescrições estabelecidas em leis e regulamentos.~~

~~O sindicado ou defensor constituído, após o recebimento deste documento, terá o prazo de 3 (três) dias para apresentação de suas razões de defesa escrita, caso não o faça no prazo oportunizado, ocorrerá preclusão, por conseguinte, será nomeado defensor dativo conforme o Art. 30 da Portaria nº 009/2001.~~

~~A.A. – 1º Tenente QOBM/Comb.~~

~~Encarregado da Sindicância~~

~~Ao Senhor~~

~~J.W. – SBM/1 – Mat. 00000-0~~

~~Sindicado~~

~~N E S T A~~

~~{Cabeçalho da Unidade}~~

~~(Modelo 18 – Razões Finais de Defesa)~~

RAZÕES FINAIS DE DEFESA

~~Senhor Encarregado (ou Presidente, etc.) da Sindicância nº 01/2001, instaurada pelo Comandante da 18ª CRI,~~

~~SBM/1 J.W., matrícula nº 00000-X, lotado na 18ª CRI/CBMDF, por seu procurador infra-assinado/Doc.01, (ou Defensor Dativo), conforme publicação em BG nº _____/2001, vem, perante Vossa Senhoria para apresentar as razões finais aos termos da Sindicância nº _____/2001, instaurada pelo Comandante da 18ª CRI/CBMDF, face aos seguintes fatos e fundamentos:~~

~~1. Na presente sindicância, pretende a Administração, por meio do Comandante da 18ª CRI/CBMDF, atribuir responsabilidade administrativa ao Sindicato por ter sido segregado sob a acusação de porte de entorpecente na 19ª DP.~~

~~2. Todavia, preliminarmente, verifica-se: (indicar se houve vícios que enseja nulidade para o procedimento).~~

~~3. No mérito, a sindicância é improcedente porque.....(expressar as razões de fato e fundamentos impeditivos, modificativos e/ou extintivos da pretensão da administração)~~

~~Brasília-DF, em 05 de fevereiro de 2001.~~

~~Nome e Assinatura do~~

~~Procurador/Defensor dativo/ ou mesmo auto-defesa.~~

~~[Cabeçalho da Unidade]~~

~~(Modelo 19 – Sobrestamento)~~

~~Ofício nº _____/2001 – Sind.~~

~~Brasília-DF, em 02 de fevereiro de 2001.~~

Senhor Comandante,

~~Venho, por meio do presente, solicitar a Vossa Senhoria a suspensão do feito na forma do Art. 27, § 1º da Portaria nº 001/2001, (substituição do Encarregado e/ou instauração de incidente de insanidade etc...), porque o Sindicado entrou no gozo de suas férias regulamentares, conforme publicação no BI nº ____/2001, do COW, datada de 1º de fevereiro de 2001, cópia em anexo.~~

~~Termos em que pede deferimento,~~

~~A.A. – 1º Tenente QOBM/Comb.~~

~~Encarregado da Sindicância~~

Ao Senhor

~~R.R – MAJ QOBM/Comb.~~

~~Comandante da 18ª CRI~~

N E S T A

~~[Cabeçalho da Unidade]~~

~~(Modelo 20 – Relatório)~~

RELATÓRIO

Sindicante _____ : 1º Tenente QOBM/Comb. A.A. Sindicado –

: SBM/1 J.W., matrícula nº 00000-X Referência _____ :

Sindicância nº ____/2001-GAB – 18ª CRI

Este procedimento investigatório, iniciado pela Portaria de nº 09/2001 de fls. ____, teve por finalidade apurar a responsabilidade administrativa atribuída ao sindicado referido.

DOS FATOS

No dia 28 de janeiro de 2001, por volta das 02:00 horas, o Bombeiro Militar SBM/1 J.W., matrícula nº 00000-X, foi preso e autuado em flagrante delito, por porte de entorpecente, 1 (um) kg de cocaína na 19ª DP – Ceilândia, segregado no 2º BI/CBMDF, sito área especial 01, Taguatinga Norte.

Obs: deve conter, além do parágrafo anterior, o resumo das razões finais de defesa do sindicado, com suas respectivas fundamentações e as principais ocorrências havidas no andamento do procedimento apuratório.

DA FUNDAMENTAÇÃO

(Devem ser expostas as razões de fato e de direito que influenciaram no convencimento do sindicante acerca da culpa ou não do sindicado.)

DO DISPOSITIVO

~~(Deve o encarregado indicar de forma precisa quais foram as transgressões disciplinares do art. 13, inciso 1; Anexo I e inciso 2, do RDE.)~~

Obs.: Vide art. 438 e 439 do CPPM.

Brasília-DF, em ____ de _____ de 2001.

A.A. – 1º Tenente QOBM/Comb.

Encarregado da Sindicância

~~[Cabeçalho da Unidade] (Modelo~~

~~21 – Ofício de Remessa)~~

Ofício nº ____/2001 – Sind.

~~Brasília-DF, em 26 de fevereiro de 2001.~~

~~Do: 1º Tenente QOBM/Comb. Encarregado da
Sindicância.~~

~~Ao: Sr. Major QOBM/Comb. R.R.~~

~~Assunto: Remessa (FAZ).~~

~~Ref.: Sindicância nº 01/Gab-Cmt – 18ª CRI~~

~~Venho por meio deste, encaminhar o Procedimento Apuratório de Investigação de Crime contra a incolumidade pública e conseqüente prisão em flagrante do SBM J.W, matrícula nº 00000-X; infração de competência da Justiça comum, conduta que afeta a honra pessoal, o pundonor militar, o decoro da classe e outras prescrições estabelecidas em leis e regulamentos.~~

Atenciosamente,

~~AA – 1º Tenente QOBM/Comb.~~

~~Encarregado da Sindicância~~

[Cabeçalho da Unidade]

~~(Modelo 22 – Despacho DE PEQUENA COMPLEXIDADE)~~

DESPACHO

~~(Procedimento de Pequena Complexidade)~~

~~Como se deduz da notícia contida na Parte nº ____/2001, subscrita pelo Capitão QOBM/Comb. K.F., Supervisor, relatando que o SBM R.R. faltou ao serviço do dia 29 de janeiro do corrente ano, para o qual estava devidamente escalado como motorista da viatura, prefixo ABI-28, determino, na forma do Art. 13, § 3º da Portaria nº 09/2001, a Instauração de Sindicância de Pequena Complexidade. Designo o 1º Tenente QOBM/Comb. R.K., como Encarregado do presente feito, nos termos do que preceitua o Art. 17, § 1º, da Portaria nº 09/2001, delegando-lhe para tal as atribuições de polícia judiciária militar que me competem nos termos da legislação vigente.~~

~~Cumpra-se.~~

~~Brasília-DF, em 29 de janeiro de 2001.~~

~~R.R. – Major QOBM/Comb.~~

~~Comandante da 18ª CRI~~

~~Obs.: Complexidade refere-se a ritualística processual, ou seja, a infração ao dever militar, que não demanda a produção de provas demoradas, trabalhosas. Resultando, pois, que nada tem haver com a quantidade ou qualidade da sanção atribuída ao transgressor do dever militar.~~